

Magnífico Reitor em Exercício, Dr. Eurico Lobo
Excelentíssimos membros do Conselho Universitário da
UFAL
Excelentíssimos membros do CEPE
Excelentíssimos professores e alunos da Faculdade de
Direito de Alagoas

Minhas senhoras e meus senhores:

A influência de Coimbra foi decisiva para a construção da cultura jurídica brasileira. Os grandes movimentos políticos, ideológicos e culturais que surgiram no Brasil a partir do século 19 foram influenciados por teses difundidas pelos grandes mestres portugueses. Os bacharéis em direito voltavam à terra natal impregnados pelas idéias republicanas, pelos direitos humanos e pelo sonho de uma constituição democrática. Os ensinamentos de Coimbra estão na raiz da independência do Brasil, da abolição da escravatura e do fim da monarquia. Ainda hoje os autores portugueses

orientam as novas gerações de advogados e professores brasileiros nos mais diversos ramos das ciências jurídicas.

Nesta data a UFAL homenageia um dos mais ilustres representantes da Universidade de Coimbra, outorgando-lhe o título de professor *honoris causa*. Tal honraria é o reconhecimento pelo conjunto de sua obra jurídica, pelos serviços acadêmicos prestados ao Brasil e, particularmente, à Faculdade de Direito de Alagoas na consolidação do Curso de Mestrado em Direito Público.

Coube a mim, na condição de Diretor em exercício do Centro de Ciências Jurídicas saudar o homenageado. Tínhamos também previsto uma grande conferência para os estudantes de direito, mas fomos surpreendidos pela greve nacional das universidades federais, que esvaziou o campus e dispersou alunos e professores. Mas isso não tira o brilho da solenidade que, embora singela, tem a grandiosidade da gratidão e da cordialidade brasileiras.

António José Avelãs Nunes é Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde construiu uma sólida carreira académica a partir de 1967. Ao longo do tempo, ocupou diversos cargos importantes na instituição, entre eles o de Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito de Coimbra. Atualmente exerce o importante cargo de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

No curso de graduação, tem sido responsável pelas disciplinas *Economia Política*, *Finanças Públicas* e *Direito Público da Economia*, lecionando ultimamente apenas *Economia Política*, com uma disciplina no primeiro ano do Curso e outra no quinto ano (*Moeda e Crédito*). Como professor do Curso de Mestrado, regeu as disciplinas de *Problemas Monetários Internacionais* e de *Economia Política*.

É conferencista e membro do conselho editorial de revistas científicas que gozam grande prestígio internacional, sendo ainda Diretor do *Boletim de*

Ciências Económicas, revista especializada editada pela sua Faculdade.

Mediante convite da Universidade do Porto, participou num programa do Banco Mundial sobre o sistema de ensino superior em Angola, com vista à sua reestruturação.

Em representação da Faculdade de Direito de Coimbra, foi durante vários anos responsável pela cooperação com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (Angola). O excelente trabalho desenvolvido naquele país levou a FDUAN a contemplá-lo com um *Preito de Reconhecimento e Louvor*.

O homenageado tem vastíssima produção científica, sendo autor de diversos ensaios e artigos publicados em Portugal, Brasil e outros países. Entre os seus livros, destacam-se: *O Direito de Exclusão dos Sócios nas Sociedades Comerciais* (1968 e 2001/2002), *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do ‘Modelo Brasileiro de Desenvolvimento* (1984 e 2005), *Teoria Económica e Desenvolvimento*

Econômico (1988) e *Noção e Objeto da Economia Política* (1996).

Além de sua atividade acadêmica, o Professor Avelãs Nunes tem notável participação política em seu país. Como tantos intelectuais, foi perseguido pelo regime ditatorial que se instalou em Portugal entre 1926 e 1974. Por questões ideológicas, seu primeiro contrato de professor foi recusado pelo aparelho estatal, obrigando-o a viver como bolsista até que o problema fosse resolvido com a polícia política.

Com a instalação do Governo democrático, exerceu importantes funções públicas, entre elas a de Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica (1974/1975). Foi membro da Assembléia Municipal de Coimbra e, em diversas eleições, integrou a lista de candidatos ao Parlamento Europeu e Assembléia da República.

Conheci o Professor Avelãs Nunes em 2002. Convidado pelo Ministério Público de Alagoas, proferiu

memorável conferência intitulada *Neoliberalismo e Políticas Econômicas*, em que analisou as conseqüências da globalização sobre os países em desenvolvimento. Naquela ocasião, tive a honra de integrar a mesa na condição de debatedor. Testemunhei a lucidez de suas idéias e a profundidade dos seus conhecimentos. Vi um intelectual comprometido com o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e com a melhoria da qualidade de vida dos povos latino-americanos.

Em jantar à beira-mar, regado a excelente vinho português, conversamos longamente sobre sua trajetória acadêmica e suas expectativas em relação à comunidade européia. Naquela ocasião, não cansava de expressar seu amor pelo Brasil, demonstrando grande preocupação com a estabilidade econômica do país. Nesse dia conheci o cidadão, o intelectual e o mestre. Comecei a admirá-lo e respeitá-lo. Desde então tenho acompanhado com atenção sua brilhante trajetória acadêmica.

Em 2004, retornou a Maceió e visitou o Centro de Ciências Jurídicas. Conheceu de perto o projeto do

curso de Mestrado em Direito que estava prestes a ser implantado na Universidade Federal de Alagoas. Sensibilizado com as dificuldades enfrentadas pela instituição, resolveu dar sua contribuição pessoal, sem alarde ou paternalismo. Meses depois de sua visita, presenteia o programa de pós-graduação com centenas de livros editados em Coimbra, enriquecendo o acervo bibliográfico com o melhor da produção jurídica portuguesa.

O Professor Avelãs é um profundo conhecedor do sistema econômico nacional, tendo, inclusive defendido dissertação de doutoramento sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento.

Em 30 de janeiro de 1985, pronunciou o discurso de saudação a Tancredo Neves na solenidade em que o Presidente eleito do Brasil recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. No ano seguinte, foi agraciado pelo Presidente José Sarney com a Ordem do Rio Branco.

Nos últimos anos, tem intensificado suas missões no Brasil. Acolhe calorosamente os professores brasileiros que se dirigem a Portugal para realizar pesquisas ou participar de seminários em Coimbra. Não poupa esforços para orientá-los em seus estudos e ajudá-los a se integrar à sociedade local.

Entusiasta do intercâmbio entre os dois países, convidou vários juristas brasileiros para proferir conferências em sua Faculdade, entre eles o alagoano Paulo Lôbo, professor aposentado desta Casa, que teve a oportunidade de discutir com estudantes portuguesas os grandes temas do direito do consumidor.

Atendendo a convite do Ministério da Educação do Brasil, emprestou o brilho de sua inteligência à Comissão de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação em Direito da CAPES ao atuar na condição de observador estrangeiro dos trabalhos.

Como se pode ver, magnífica Reitora, trata-se de uma personalidade de grande expressão no mundo das

letras jurídicas. Um dos maiores representantes da cultura portuguesa contemporânea. Um intelectual comprometido com os valores éticos e com os direitos humanos no Brasil. Ao conferir-lhe o título de Professor *Honoris Causa*, a UFAL traduz o desejo do Centro de Ciências Jurídicas de homenagear o Professor António José Avelãs Nunes por sua luta em defesa das instituições democráticas, pelo seu sonho de aproximação dos povos de língua portuguesa e, sobretudo, pelo seu trabalho para melhorar o ensino das ciências jurídicas no Brasil.

MUITO OBRIGADO

Magnífico Reitor em Exercício, Doutor Eurico Lobo
Excelentíssimos Membros do Conselho Universitário da
UFAL
Excelentíssimos membros do CEPE
Caros Colegas da Faculdade de Direito de Alagoas
Prezados Estudantes
Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. - Os Estatutos Velhos da minha Universidade de Coimbra rezam que, em ocasiões como esta, se deve proferir uma *breve e elegante oração*. Sei bem que me falta o engenho e a arte para fazer uma elegante oração. Resta-me tentar fazer uma oração breve.

Oração que, aqui, posso fazer na língua que é a *nossa pátria comum*. Só têm de me perdoar que o faça no *português amargo* do outro lado do Atlântico. Porque, se, como diz um poeta da minha geração coimbrã, o português é uma “língua amarga e doce”, a verdade é que

a nós, portugueses, coube em sorte a parte amarga, rude e sisuda da língua portuguesa, ficando os brasileiros com a parte doce, o português “onde as palavras recuperam sua substância total/ concretas como frutos/ nítidas como pássaros” (Sophia de Mello Breyner, *Geografia*). São as desigualdades da vida. Mas contra esta eu não protesto. Creio, de resto, que, portugueses e brasileiros, partilhamos em comum esta coisa extraordinária, traduzida nas palavras de um outro escritor português: “Da nossa língua vê-se o mar e ouve-se o seu rumor”. (Vergílio Ferreira)

2. - A minha primeira palavra é para agradecer o gesto magnânimo do Conselho Universitário da UFAL e a amizade generosa dos Colegas que tomaram a iniciativa que tornou possível este momento, um dos mais gratificantes da minha já longa vida de universitário. Permitam-me que refira, nominalmente, o Doutor Paulo Luiz Neto Lobo e o Doutor George Sarmiento.

Seguindo o conselho sábio de Saramago, não me alongarei sobre este assunto. Porque, como diz o escritor, “em matéria de sentimento, quanto maior for a parte de

grandiloquência, menor será a parte de verdade”. Direi apenas, como se diz na minha terra: BEM HAJAM TODOS!

Sinto-me feliz por me terem escolhido para ser um dos vossos. Trabalharei para merecer a vossa confiança. Contem comigo para ajudar no que puder a consolidar o prestígio desta Universidade, a partir de hoje também a minha Universidade, criada por um Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

3. - No discurso que proferiu em Estocolmo, na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago contou a sua história de menino pobre, neto de um pastor de suínos.

Não posso nem quero comparar-me com Saramago. Mas este é o meu Prémio Nobel. Deixem, por isso, que aqui me apresente como neto de moleiros e pastores de cabras. Venho, pois, de gente pobre, daquela que não tem lugar na História contada pelos historiadores, mas que nunca falta na hora certa da história dos povos, gente da linhagem de todos os

construtores de Tebas, parafraseando o célebre poema de Bertold Brecht.

Vem de longe a minha ligação afetiva ao Brasil, porque o sangue brasileiro é sangue do meu sangue. No início do século XX, três irmãos de meu pai emigraram, quase meninos, para SP. Dois irmãos de minha mãe foram parar ao RJ. Aqui viveram e aqui morreram todos, como brasileiros que ajudaram a fazer o Brasil e como portugueses que a saudade manteve ligados à terra natal, à qual nenhum regressou. No Brasil continuam a viver e a lutar pela vida vários primos meus.

O meu próprio pai tentou a sua sorte deste lado do Atlântico, no início dos anos 50 do século que há pouco terminou. A sorte foi madrasta para ele, que regressou a casa mais pobre do que quando veio. Se a roda da fortuna tivesse andado de outro jeito, eu poderia ser hoje brasileiro. Motorista de táxi, empregado de restaurante ou professor universitário, quem sabe? Talvez por tudo isto, durante anos sofri de saudades do Brasil, como se aqui tivesse nascido e daqui tivesse partido para muitos anos de dolorida ausência.

4.- Concluí o meu curso de Direito e queria ser juiz. Por razões políticas, o governo fascista de Salazar impediu-me o acesso à magistratura. Eram anos de chumbo aqueles. Por essa altura (início dos anos 60), tinha começado a guerra nas colónias portuguesas de África contra os movimentos de libertação dos seus povos. Creio que teria partido para o exílio se os fados me tivessem destinado ir fazer a guerra, uma guerra que não era a minha nem a do povo português. Tive sorte, escapando por um triz à perseguição da polícia política. Acabei por cumprir o serviço militar na Marinha, em Lisboa, no Terreiro do Paço, com vistas para o Tejo.

Pouco tempo depois, fui convidado para ingressar no corpo docente da minha Faculdade, a Faculdade de Direito de Coimbra. A polícia política tentou barrar-me também este caminho. Felizmente, a Faculdade fazia ponto de honra de não excluir ninguém por razões de natureza política. Era e continua a ser uma Escola plural e uma Casa de liberdade. O Diretor, apesar de ser um homem do regime, empenhou-se na minha entrada e veio a consegui-lo, depois de um ano e meio de espera.

Pois bem. Quando chegou a altura de pensar na minha tese de doutoramento, comecei por escolher a área da economia do desenvolvimento, apontando depois como tema a *inflação e o desenvolvimento económico*. Tempos depois, caí em mim e dei-me conta de que, afinal, estava a estudar a economia brasileira.

Entretanto, a liberdade chegou para o povo português, com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974). Coube-me a honra de ter sido membro dos cinco primeiros Governos que se seguiram à Revolução. No cumprimento de um dever cívico indeclinável, travei várias outras batalhas políticas nos anos que seguiram. Por isso, só em 1983 acabei de escrever uma tese sobre *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do ‘Modelo Brasileiro de Desenvolvimento’*.

Foi uma tese contra todas as regras do *establishment* universitário, numa Universidade com 700 anos. Foi uma escolha ditada por razões que a razão desconhece. Digo-vos hoje, com plena consciência: foi uma boa escolha. Tanto mais agora, que acabo de ver realizado um sonho que me é muito caro: o de editar a minha tese no Brasil. Apesar de contar mais de vinte

anos, a Editora Quartier Latin resolveu dá-la à estampa. E, para minha enorme alegria, Celso Furtado, o Mestre com quem mais aprendi sobre as matérias que abordei nesta tese de doutoramento, aceitou fazer o prefácio para esta edição. Infelizmente, porque ele nos deixou, este prefácio foi o último texto escrito pelo grande economista e intelectual brasileiro, a cuja memória presto a minha mais comovida e respeitosa homenagem.

Apesar disto, só vim ao Brasil, pela primeira vez, em 1996. “Entendo agora porque nos compreendeu tão bem”, disse-me certa vez Celso Furtado. “Viu-nos de longe”. Mas uma coisa é compreender, outra é sentir e amar. E a verdade é que, como eu já ‘sabia’, vista a terra e contactada a gente, fiquei rendido à gente e à terra. Para minha alegria e minha vaidade, são brasileiros e vivem no Brasil alguns dos meus melhores amigos.

5. - Quando, há já alguns anos, assumi a Direção da Faculdade de Direito de Coimbra, propus aos meus Colegas, no Conselho Diretivo e no Conselho Científico, que escolhêssemos como objetivo prioritário da nossa acção externa a aproximação e o reforço da cooperação

com escolas congêneres brasileiras. Foi entendida a minha mensagem, que, para além de outras razões, era alimentada pela certeza de que, em todos os planos, éramos nós que tínhamos a ganhar. Porque o Brasil é um grande País e nós somos um pequeno retângulo de terra pobre “cercado de mar e de Espanha por todos os lados”. (Miguel Torga)

Hoje, temos Protocolos com várias escolas brasileiras, muitos professores de Coimbra vêm ao Brasil para proferir conferências e participar em Cursos e seminários, para integrar comissões de avaliação externa de faculdades ou departamentos ou para participar, no âmbito da CAPES, na Comissão de Avaliação trienal dos programas de pós-graduação em Direito (honra que me coube já por duas vezes, em 2001 e em 2004). Vários Colegas brasileiros visitam-nos também regularmente, alguns para estágios de pós-doutoramento, muitos mais para frequentar cursos de mestrado e de doutoramento (são brasileiros cerca de metade dos nossos alunos da pós-graduação).

6. - Venho de Coimbra e da Universidade de Coimbra, jovem nos seus 715 anos, para cumprir a vontade deste Conselho Universitário de me fazer um dos vossos. Aceito esta honra, embora saiba que não foram os meus méritos que vos levaram à decisão de me fazer professor *honoris causa* da vossa Universidade. Como Fernando Pessoa/Ricardo Reis, “sei bem que não sou ninguém”.

Tomo, pois, esta honra como uma homenagem à Universidade de Coimbra, há séculos ligada intimamente à história e à cultura desta Pátria irmã, vaidade das vaidades da nossa vaidade de sermos portugueses, como já uma vez escrevi. A Universidade de Coimbra é a Universidade de Manuel da Nóbrega e de Anchieta, a Universidade de José Bonifácio de Andrada e Silva, que nela se licenciou em Filosofia Natural e em Direito, nela se doutorou e foi professor. Um professor cujas marcas perduram até hoje: uma das salas do Museu de Geologia tem o nome de “Sala José Bonifácio de Andrada e Silva”; José Bonifácio é também o patrono do Prémio Escolar atribuído anualmente ao aluno que conclui com

classificação mais elevada a licenciatura em Engenharia Geológica.

A Universidade de Coimbra tem hoje cerca de 23 mil estudantes e mais de 1500 professores, com muitas dezenas de licenciaturas, cursos de mestrado e de doutoramento. É uma Universidade prestigiada, que dá o nome à rede mais importante de universidades europeias, o *Coimbra Group*, que reúne umas 47 Universidades das mais antigas e qualificadas em toda a Europa. Não admira, por isso, que sejamos uma Universidade cosmopolita, com uma boa percentagem de estudantes estrangeiros (ao nível da graduação e da pós-graduação), provenientes de mais de 50 países.

Cerca de metade dos nossos centros de investigação, em várias áreas do saber, estão classificados de *excelente* ou *muito bom*, segundo padrões internacionais de avaliação. No Brasil, a maior atração de estudantes e professores é, sem dúvida, a Faculdade de Direito. Mas temos áreas de boa qualidade em outros ramos do saber, como as Humanidades, as Ciências, as Engenharias, a Medicina, por exemplo.

É em nome desta Universidade – que ultima a sua candidatura ao reconhecimento pela UNESCO como património da Humanidade – que saúdo, fraternalmente, a UFAL. Mas é em meu nome pessoal que agradeço, mais uma vez, com toda a humildade, a honra que acabais de me conceder.

7. - Os ventos dominantes do neoliberalismo vão deixando marcas negativas também no sistema público de ensino superior. Conheço alguma coisa do que se passa no Brasil. Conheço mais de perto e mais profundamente a realidade portuguesa e europeia.

O desinvestimento do estado nesta área é uma das marcas inequívocas deste nosso tempo, operando por muitas vias, que vêm ‘empresarializando’ as universidades públicas, asfixiadas no plano financeiro, forçadas a desenvolver atividades e a despender energias que visam apenas realizar receitas, condenadas a concorrer umas com as outras em vários planos, ‘privatizadas’, pois, em certa medida.

No quadro do chamado *processo de Bolonha*, corremos o risco de ver as universidades transformadas

em ‘fábricas’ produtoras de mão-de-obra especializada segundo as exigências das estruturas produtivas, com sacrifício da sua missão essencial de centros geradores de conhecimento e formadores de cientistas e de cidadãos capazes de *pensar criticamente* a realidade que nos envolve.

A pretexto da globalização – sempre apontada no discurso dominante como um dado incontornável, mecânica e deterministicamente resultante do desenvolvimento científico e tecnológico –, poderá instalar-se na Europa uma nova divisão internacional do trabalho (um novo imperialismo), baseada, por um lado, na concentração da produção do conhecimento e da informação em algumas poucas “universidades de investigação” sediadas nos países dominantes (capazes de atrair e de absorver os melhores cérebros dos restantes países), e, por outro lado, na transformação de todas as restantes universidades em meros centros de ‘produção’ de mão-de-obra mais ou menos qualificada.

Gostaria de acreditar que o NÃO à chamada Constituição Europeia nos referendos na França e na

Holanda (que interpreto como a recusa da constitucionalização do neoliberalismo) abra uma nova etapa no processo da integração europeia, que conduza a uma Europa em que o mercado não substitua a política, a concorrência não substitua a cidadania, a eficiência e a competitividade não substituam o direito e a justiça, Uma Europa que se afirme, perante o império norte-americano, não como um súbdito cúmplice, mas como uma comunidade de paz, uma comunidade promotora da paz, através do combate ao subdesenvolvimento, ao racismo, à xenofobia, à pobreza, à exclusão.

8. - Perante esta *globalização predadora*, ancorada na ideologia neoliberal, é necessário fazer prevalecer a política sobre as pretensas 'leis naturais' do mercado.

É necessário salvaguardar o espaço nacional como espaço de responsabilidade política, como espaço intangível de soberania. Sem estado nacional soberano, a quem podem os cidadãos exigir responsabilidade política, a quem podem pedir contas? Ora a prestação de contas é

um elemento essencial da democracia. Sem ela, é a própria democracia que está em causa.

É necessário que a nossa vida coletiva seja resgatada das teias deterministas e seja restituída à esfera da política, i.é, ao espaço da ação criadora e libertadora dos homens e das estruturas sociais em que assentam as sociedades em que vivemos.

É necessário impedir a *morte da política*. Ela não representa a ‘libertação da sociedade civil’, representa, sim, a imposição, sem regras, da lei do mais forte, a lei das classes dominantes, a lei do grande capital financeiro, a lei que vem multiplicando a desigualdade, a pobreza e a exclusão.

É necessário impedir que o mercado se substitua ao direito, assumindo-se ele próprio como uma espécie de ‘direito natural’, como ‘naturais’ se defende que são as leis do mercado, leis eternas, de validade absoluta e universal, que tudo explicariam e tudo resolveriam, como a *mão invisível*, acima do justo e do injusto, porque o que é natural é justo e só o natural é justo.

Só assim, honrando o legado dos homens do Renascimento, os homens e as mulheres que nós somos

poderemos ocupar-nos da cidade e construir a cidade, a nossa cidade, a cidade de todos os homens, a cidade digna dos homens.

9. - Neste nosso tempo de profundas contradições – tempo de grande desespero e de grande esperança –, sabemos que o trabalho dos homens, após o advento de civilização burguesa, provocou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, a afirmação do próprio homem, enquanto criador, produtor e titular de ciência, de tecnologia, de conhecimento e de informação, como fator decisivo do desenvolvimento, como senhor do seu destino.

Este desenvolvimento das capacidades produtivas tem aumentado a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitados, tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de besta de carga, tem permitido a redução significativa da jornada de trabalho, tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho e de vida mais dignas.

Hoje sabemos que o conhecido aumento do número de famintos não apaga a consciência que temos

de que a capacidade de produzir alimentos – e mesmo a produção efectiva de alimentos – é superior às necessidades da humanidade. A vida mostra que o homem não deixou de ser o ‘lobo do homem’, mas temos razões para acreditar que poderemos viver num mundo de cooperação e de solidariedade, num mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Um dia destes talvez saibamos construir uma alternativa ao caos suicidário a que nos querem condenar.

Talvez a vida esteja a confirmar a utopia de Marx: o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido neste curto período de 200 anos que se seguiram à revolução industrial inglesa e à Revolução Francesa proporcionou um aumento meteórico da produtividade do trabalho humano, carecendo apenas de uma nova racionalidade, de um novo modo de organizar a produção e a vida coletiva para que a humanidade possa passar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

A crítica da globalização não pode confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso, repetindo o

erro de diagnóstico dos operários incultos e impreparados que, nos primeiros tempos da revolução industrial, consideraram as máquinas como os seus inimigos, sabotando-as e destruindo-as.

A saída desta caminhada vertiginosa para o abismo tem de assentar na confiança no homem e nas suas qualidades. Tem de partir da rejeição da lógica de uma qualquer inevitabilidade tecnológica, que nos imporia, sem alternativa possível, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Esta globalização não é uma consequência *técnica*, deterministicamente resultante da revolução tecnológica das últimas décadas, é antes um *projeto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos poderes dominantes, enquadrado e apoiado pelas estruturas produtoras da ideologia neoliberal dominante. Por isso mesmo, a luta contra a globalização neoliberal tem de ser conduzida de acordo com um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que o mercado não reconhece nem é capaz de prosseguir.

Temos de trabalhar para que a política prevaleça sobre o mercado (ele próprio uma ‘instituição política’, um produto social, surgido em certas circunstâncias históricas), se quisermos evitar que a globalização neoliberal, de uma “armadilha para a democracia”, que já é, se transforme em instrumento de *morte da democracia e da esperança dos homens*.

Todos sabemos, porém, que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor. Essas mudanças hãode verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. E todos sabemos que as boas intenções nunca foram o motor da história. Mas todos sabemos também que a história faz o seu caminho, embora a um ritmo que não pode ser medido pelo ritmo da nossa própria vida individual. A consciência disto dá sentido ao nosso direito à utopia e ao nosso direito ao sonho. Porque *a utopia ajuda a fazer o caminho*. Porque *sonhar é preciso*. Porque *o sonho comanda a vida*. Porque *amanhã*, apesar de todas as dificuldades e de todas as resistências, *há-de ser outro dia*. Porque

ninguém vai parar os povos (o povo brasileiro e os povos do mundo),

“quando o galo insistir

Em cantar

Água nova brotando

E a gente se amando

Sem parar”.

António José Avelãs Nunes